

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

Lisa Martha Silva David ¹
Geyslanne Lígia Barbosa da Nóbrega²
Rayssa Jaine Silva de Albuquerque³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca da atuação da Psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior. Trata-se de uma Revisão da Literatura, onde foram realizadas avaliações de estudos que já foram publicados, buscando entender os avanços acerca da temática. Nesse sentido, é importante pensar sobre como se desenvolve o trabalho do psicólogo dentro das instituições de ensino superior, sabendo que ele pode atuar desde da participação na proposta pedagógica até a facilitação de implementação de políticas públicas de educação, indo além das práticas tradicionais de diagnóstico e avaliação. Por fim, entender isso lança possibilidades de uma atuação crítica, não descolada do contexto e a partir de um trabalho multidisciplinar.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Ensino Superior, psicologia

INTRODUÇÃO

A Psicologia Educacional não se limita à somatória de duas áreas aparentemente distintas (psicologia e educação), mas se constitui enquanto âmbito próprio com diversas possibilidades de atuação. O objetivo da Psicologia Escola é contribuir para a otimização dos processos educativos, devendo esses ser compreendidos em interface com os fatores de ordem pedagógica, subjetiva e organizacional presentes nesses processos educacionais. (MARTINEZ, 2010)

Apesar desses objetivos amplos, a Psicologia Educacional, por vezes, é confundida com a representação social que, tradicionalmente, se tem do psicólogo: o profissional que, munido de teorias psicológicas, vai localizar o sujeito “anormal”

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, lisa.david@aluno.uepb.edu.br

²Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ligiageyslanne1@gmail.com

³Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, rayssajalbuquerque@outlook.com

dentro de uma patologia e a partir disso adaptá-lo às exigências do meio. No contexto da educação, é esperado que o psicólogo educacional faça avaliação, diagnóstico e correção do nomeado “aluno-problema”, sem levar em conta o entorno sociocultural. Essa representação e expectativa social do Psicólogo Escolar não se dão pelo acaso, mas encontram correspondentes na própria história da Psicologia Educacional no Brasil e no contexto político atual embebido de ideologias neoliberais.

Barbosa e Araújo (2010), ao resgatarem reflexivamente a história da Psicologia Educacional no Brasil, apontam que durante os primeiros anos dessa área importaram-se teorias americanas (Stanley Hall) e francesas (Alfred Binet) na esperança de que essas se aplicassem à realidade educacional brasileira. Assim, as referidas autoras ressaltam que a atuação da psicologia escolar na primeira metade do século XX possuía caráter remediativo, com notável enfoque nos problemas relacionados ao desenvolvimento e aprendizagem.

As décadas 1960 e 1970 foram marcadas por efervescência política e cultural contra o regime político ditatorial vigente. A psicologia não ficou imune a isso, mas teve suas práticas e teorias, as quais eram importadas de outros países, questionadas, tendo em vista a urgência de uma Psicologia que acessasse à comunidade e ao povo marginalizado socioeconomicamente. É na década de 1970, também, que os psicólogos escolares ficam insatisfeitos com suas práticas, culminando em uma crise que durou duas décadas. (BARBOSA & ARAUJO, 2010).

Nos últimos houve a ampliação do acesso e do número de vagas no ensino superior, implicando na maior inclusão social de pessoas historicamente excluídas do contexto educativo. No entanto, é preciso que o ingresso desses estudantes no ensino superior seja analisado levando em conta as condições de permanência dos estudantes nesses espaços, incluindo as condições econômicas e os fatores socioculturais implicados no processo da aprendizagem (SANTANA et al., 2014). Diante disso, considerando as possibilidades de práticas emergentes do psicólogo educacional (MARTINEZ, 2010), que vão além das ações de cunho clínico e corretivo, esse profissional pode atuar no Ensino Superior calcado em práticas psicossociais responsáveis e comprometidas socialmente. Esse artigo objetiva, assim, analisar as práticas emergentes da Psicologia Escolar no âmbito do Ensino Superior. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura.

METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão de Literatura. Os artigos de revisão de literatura (ARL) são “Avaliações críticas de materiais que já foram publicados, considerando o progresso das pesquisas na temática abordada.” (HOHENDORFF, 2014, P. 40). São distintos da revisão de literatura feitas em projetos de pesquisas e demais produções acadêmicas (HOHENDORFF, 2014), tratando-se de textos em que os autores definem e elucidam uma problemática específica, abordando as relações, contradições e falhas na literatura (HOHENDORFF, 2014). Assim, essa modalidade de trabalho científico é importante, uma vez que fornece o “estado da arte” de um objeto de estudo e realidade. A primeira etapa do artigo de revisão envolve a definição e delimitação do tema de pesquisa. Nesse

caso, buscou-se investigar “A atuação da psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior Brasileiro”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Hoje novas práticas integram à atividade do Psicólogo Educacional, possibilitando-o a deslocar do enfoque clínico e puramente psicoeducativo para uma abordagem psicossocial, que não localiza exclusivamente no sujeito o problema e promove a otimização dos processos educativos em interface com o contexto social, político e econômico. Desse modo, o psicólogo educacional pode ir além das práticas tradicionais de diagnóstico e avaliação, podendo atuar na participação da proposta pedagógica da escola; na facilitação de implementação de políticas públicas de educação; no desenvolvimento integral dos alunos, e na avaliação e intervenção a nível institucional, identificando a subjetividade social da escola. (MARTINEZ, 2010).

Martinez (2010) enfatiza que embora a atuação na escola se configure como um lugar dos principais processos educacionais, a atuação do psicólogo escolar não acontece apenas nas instituições escolares, visto que os processos educacionais circulam em diferentes âmbitos e níveis. Nesse sentido, a Psicologia Educacional também pode ser aplicada no contexto do Ensino Superior.

Como anteriormente mencionado, nos anos 1970 os psicólogos escolares foram convocados a repensar suas práticas, ao se confrontar com a realidade concreta daquele momento histórico. Atualmente a realidade social contemporânea continua a impor desafios à atuação do psicólogo escolar e exige reflexão crítica para construção de uma prática transformativa. Sendo assim, é preciso se haver com o fato de que o Ensino Superior reflete a sociedade neoliberal, que visa o lucro e produtividade, de forma a traduzir no estudante exigências acadêmicas elevadas e produtoras de sofrimento. Assim, diversos estudos apontam para um aumento no índice de suicídios entre jovens universitários no Brasil. **A cartilha Óbitos por suicídio de adolescentes e jovens negros de 2012 a 2016**, ao se atentar para o aumento dos índices de suicídio da população adolescente e jovem negra, ressalta a importância das condições de permanência na escola/universidade como fator protetivo ao suicídio, além do desenvolvimento de cotas raciais na universidade.

Embora a Psicologia Escolar seja entendida como uma área de atuação do psicólogo em diferentes contextos educativos, fundamentada em um compromisso político, teórico e prático com as questões de Educação e necessidades sociais (SANTANA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014), a atuação do psicólogo no âmbito do ensino superior ainda, no modo geral, se enquadra em um viés tradicionalista. A literatura aponta que as práticas psicológicas no contexto universitário se concentram nos estudos relativos ao estudante universitário e ao seu processo educativo (SANTANA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014), prevalecendo, conforme aponta Sampaio, o atendimento psicológico individual ou em grupo, avaliação psicológica ou desempenho acadêmico e intervenções no processo ensino-aprendizagem (SANTANA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014)

Nessa direção, urge a necessidade de se ampliar as possibilidades de atuação crítica e reflexiva da Psicologia Escolar para que essa desloque do enfoque individualista e a-histórico e passe a integrar na atuação os multifatores econômicos, sociais, raciais e políticos presentes nos processos educativos e institucionais, se atentando sempre à realidade concreta e ao compromisso social que deve assumir a psicologia. Essa prática crítica compreende a educação enquanto bem público, direito social de todos os cidadãos e dever do Estado (SOBRINHO, 2010). Ainda segundo esse autor, essa ideia é contrária à perspectiva corrente que encara a educação como mercadoria, de modo a firmar compromisso com o lucro do empresário em detrimento das necessidades do povo.

É preciso, então, que o profissional compreenda a realidade educacional do país, do ensino básico ao ensino superior, a qual escancara a desigualdade socioeconômica brasileira. Assim, as escolas públicas, na maioria das vezes, precarizadas pela falta de investimento público e gestão escolar adequada, são compostas, majoritariamente, pela população mais pobre. Dados do IBGE(2019)revelam que a evasão escolar é mais frequente na população preta, rural, nordestina e nortista. Isso repercute no Ensino Superior, posto que, apesar de compor a maioria da população, os jovens pretos têm metade do percentual calculado para brancos em relação à incidência no Ensino Superior (2019).

Nesse sentido, historicamente as universidades públicas brasileiras têm sido ocupadas pela população de maior rendimento econômico(NIEKOTKA E TREVISÓRIO,2016),o que mantém as disparidades socioeconômicas. Os autores apontam ainda para uma inversão de um dualismo estrutural no ensino brasileiro (escola gratuita para os pobres e escola paga aos ricos), visto que no ensino superior a universidade pública é notadamente frequentada pelos ricos e a privada pelos mais pobres. Diante desse cenário, nos últimos anos se observa uma ampliação de políticas públicas de inclusão da população das classes econômicas mais baixas, da população preta, e dos portadores de deficiência. Essas políticas foram implantadas através de programas e ações como o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e a Lei das Cotas. Apesar dos avanços gerados por essas políticas, dados do IBGE desvelam que cerca de 25% dos jovens em idade apta a cursar o ensino superior não dispõe de condições econômicas para frequentar a universidade, mesmo que gratuitamente, Sobrinho (2010). Isso fala que as “políticas de democratização não devem apenas criar condições para que todos possam estudar, mas também assegurar igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo.” (SOBRINHO, 2010, p. 1234)

Somado a isso, o estudante universitário se depara com dificuldades no percurso acadêmico relacionadas à própria dinâmica universitária, gerando reprovação, evasão e desmotivação (SANTANA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014). Os autores também assinam que a maioria das queixas nesse contexto dizem respeito a aspectos de bem-estar físico e psicológico, além do envolvimento em atividades extracurriculares, recursos financeiros, relação professor-aluno e a ansiedade na avaliação. Oliveira e Melo-Silva (2010), citado por Santana, Pereira e Rordrigues, 2014), apontam que as condições financeiras tanto do aluno quanto da sua família afetam a perspectiva de permanência, gerando, frequentemente, evasão universitária. (KNOP;

COLLARES,2019), citado por Heidemann e Espinosa, p. 451,2020confirmam isso em dados mais recentes, apontando que os estudantes advindos de família com maiores recursos econômicas, no geral, possuem mais chances de concluir o curso, enquanto os estudantes com baixa escolaridade e advindos de famílias de classes socioeconômicas mais baixas têm maior probabilidade a não conclusão de cursos de retornos econômicos mais elevados.

Diante do exposto, é notório que o âmbito do Ensino Superior apresenta ao psicólogo um conjunto de desafios a serem enfrentados a partir de uma atuação crítica e compromissada socialmente. Conforme aponta (SANTANA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014), para que o aluno consiga permanecer e se adaptar no Ensino Superior é preciso orientação desde o ac(9 olhimento do aluno ingressante, com orientação no que concerne às dimensões pessoais, interpessoal, acadêmica, institucional e de carreira. É preciso que o psicólogo escolar insira na esfera de suas ações as especificidades da instituição de ensino, do processo educativo e da formação profissional, considerando os multifatores implicados no complexo âmbito no Ensino Superior.

Nessa direção, a atuação do psicólogo escolar, dado os seus conhecimentos acerca dos processos subjetivos dos sujeitos e das instituições, pode se estender à formulação e gestão de políticas públicas Martínez (2007). Ainda segundo essa autora, o psicólogo se habilita nessa atuação devido, também, ao seu conhecimento acerca da configuração da instituição em que trabalha, além de que o seu papel facilitador deve estar sempre sua análise crítica e reflexiva da política educacional em questão. Nesse sentido, conforme assinala Sousa (2010), citado por Santana, Pereira e Rodrigues (2014), no atual momento histórico, a Psicologia Escolar é convocada a transparecer os sentidos e significados envolvidos nas políticas públicas para aqueles que possuem o estatuto institucional de planejá-las a nível educacional e de quem as aplica na realidade cotidiana escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que a prática do Psicólogo Escolar é limitante ao focalizar unicamente no domínio individual, sendo necessário ampliar a perspectiva e inserir outras dimensões de análise, a prática do Ensino Superior torna-se possível. Essa prática, entretanto, não pode se dá descolada do contexto educacional, sociocultural e das políticas públicas educacional. Levar em conta isso é extremamente relevante para evitar uma prática reducionista que legitime as desigualdades sociais, ao responsabilizar unicamente os sujeitos pelas suas queixas, desconsiderando o entorno social permeado de injustiças sociais produtoras de sofrimentos. A prática calcada no compromisso social da psicologia com as camadas populares se implica em acessar o sujeito universitário e as suas demandas universitárias a partir de uma prática não reducionista, ampliada, política e compromissada.

O contexto universitário, ao de certo modo desvelar as discrepâncias socioeconômicas que geram desigualdades no acesso às vagas da Universidade ou nas possibilidades de permanência no Ensino Superior, lança possibilidades de uma atuação crítica, não descolada do contexto, e integrada também à própria realidade institucional a qual de algum modo tem uma forma peculiar de acatar e tornar realidade as políticas

educacionais. O psicólogo pode, então, aliado aos outros profissionais da instituição universitária, tornar possível essas políticas dentro da realidade institucional em questão, e reivindicar um lugar possível na própria formulação das políticas públicas, o que é favorecido por olhar sensível aos processos subjetivos conjuntamente com o compromisso social e político firmado com a sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.27, n.3, p.393-402, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n3/11.pdf>. acesso em: 14 de setembro de 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

HEIDEMANN, Leonardo Albuquerque; ESPINOSA, Tobias. A evasão nos cursos de graduação: como entender o problema?. *Revista Educar Mais*, v. 4, n. 3, p. 451-459, 2020.st

Martínez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em Aberto*, 23(83), 39-56.

SANTANA, Alba Cristhiane; PEREIRA, Alciane Barbosa Macedo; RODRIGUES, Larissa Goulart. Psicologia Escolar e educação superior: possibilidades de atuação profissional. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 18, n. 2, p. 229-237, ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000200229&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182736>.

TREVISOL, Joviles Vitório e NIEROTKA, Rosileia Lucia. **Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência**. *Revista Katálysis* [online]. 2016, v. 19, n. 01 [Acessado 29 Julho 2021], pp. 22-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>>. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>.